23/06/2019 DESPADEC



## Poder Judiciário JUSTICA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 12ª Vara Federal de Curitiba

Avenida Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1678 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb12@jfpr.jus.br

## AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 5015818-40.2019.4.04.7000/PR

AGRAVANTE: MARCELO VALLE SILVEIRA MELLO

ADVOGADO: RUI BARBOSA

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## DESPACHO/DECISÃO

## EXECUTADO PROVISÓRIO PRESO

1. Trata-se de agravo interposto pela defesa de MARCELO VALLE SILVEIRA MELLO (evento 1, INIC1), com pedido de liminar, em face de decisão proferida ao evento 54 dos autos do Incidente de Transferência entre Estabelecimentos nº 5002117~12.2019.4.04.7000/PR, que deferiu o pedido do MPF para inclusão do preso em Penitenciária Federal de segurança máxima pelo prazo de 360 dias.

Em caráter liminar, requereu a defesa a manutenção do apenado onde se encontra atualmente custodiado, no Complexo Médico Penal localizado na região metropolitana de Curitiba, argumentando que inexiste qualquer motivo comprovado pelo MPF (apenas retaliação e suposição de periculosidade) no sentido de fundamentar a sua transferência para uma penitenciária de segurança máxima para o cumprimento de sua pena provisória.

2. O recurso de agravo de execução não possui previsão legal de atribuição de efeito suspensivo, nos termos do artigo 197 da Lei nº 7,210/84.

Contudo, com base no poder geral de cautela, há entendimento no sentido da possibilidade excepcional da análise do risco imposto ao executado pela decisão agravada.

Tendo em vista o cabimento do Juízo de retratação, aliado à urgência alegada, passa-se a verificar, no âmbito de competência deste Juízo, o requerimento de suspensão liminar dos efeitos da decisão. Por óbvio, o exame deste Juízo não prejudica a apreciação do pleito oportunamente pelo órgão de segunda instância, caso assim entenda cabível.

Nessa linha, não se vislumbra a presença dos requisitos necessários a respaldar a pretensão do agravante.

Os pontos suscitados pela defesa atinentes à necessidade de proximidade familiar (executado possui família residente em Curitiba), tratar-se de condenação provisória e ser o executado portador de patologias psiquiátricas já foram analisados pelo Juízo e não são capazes de alterar ou afastar os fundamentos considerados.

A decisão agravada expôs de forma clara os fundamentos justificadores para a transferência, entendendo demonstrada a necessidade concreta de inclusão do preso no sistema federal com fundamento no artigo 3º da Lei nº 11.671/2008 e no artigo 3º, IV, do Decreto nº 6.877/2009.

Por fim, assinale-se que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região já se pronunciou pelo indeferimento de efeito suspensivo ao agravo:

> AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. REFORMA DA SENTENÇA DE UNIFICAÇÃO E DETRAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DESCABIMENTO. DESUSPENSIVO AO RECURSO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA NÃO CARACTERIZADA. 1. Inexiste nulidade a ser declarada quando o juízo da execução oportuniza ao executado amplo acesso ao contraditório e à ampla defesa. 2. Não merece reparos a sentença que unificou as penas e detraiu o tempo de prisão Inexistindo excepcionalidade cautelar. ou verossimilhança na tese defensiva, não se confere feito suspensivo ao agravo em execução penal. (TRF4 5006314-69.2017.4.04.7003, OITAVA TURMA, Relator LEANDRO PAULSEN, juntado aos autos em 06/12/2017)

- 3. Portanto, indefiro o pedido liminar para atribuição de efeito suspensivo e recebo o recurso unicamente em seu efeito devolutivo, conforme previsão do artigo 197 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal).
- 4. Considerando a análise acima exposta e a fim de evitar reiteração de atos, desde logo mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.
- 5. Intime-se o Ministério Público Federal para, querendo, oferecer contrarrazões ao recurso no prazo de 2 (dois) dias (art. 588 do CPP).
- 6. Após, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
  - 7. Intimem-se.

23/06/2019 DESPADEC

> Documento eletrônico assinado por CAROLINA MOURA LEBBOS, Juíza Federal Substituta, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php, mediante o preenchimento do código verificador 700006598627v7 e do código CRC cdbf37f3.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): CAROLINA MOURA LEBBOS

Data e Hora: 8/4/2019, às 15:15:33

5015818-40.2019.4.04.7000

700006598627.V7